

## OS PRINCÍPIOS DUMA ECONOMIA NOVA EM RELAÇÃO AO TRABALHO

### A) A dignidade do operário

Trabalhar é empregar um esforço útil em vista da subsistência humana. Raros são os bens que a natureza oferece ao homem prontos a ser utilizados. A imensa maioria deles só o pode ser, mediante o trabalho de cultura, extracção, fabrico, transporte, conservação... Numa palavra, mediante o que se convencionou chamar a produção.

São três os elementos da produção: natureza, capital e trabalho. Destes três elementos o mais nobre é, sem dúvida, o trabalho. A natureza é pura matéria, matéria transformada pelo trabalho e não consumida ainda.

No entanto, aquele que possui a natureza ou o capital dirige a economia. O que possui apenas o trabalho é dirigido por ela. Podemos ir mais além: o trabalho — elemento nobilíssimo porque o único humano — está subjugado pelos dois outros elementos! «Da oficina, exclama Pio XI, só a matéria sai enobrecida; o homem nela se corrompe e avilta».

Esta inversão de valores, característica de economia capitalista, é indigna da pessoa humana, que se tem visto assim relegada à categoria de máquina sem inteligência nem alma.

Não tivesse Deus chamado o homem a participar da Sua própria dignidade e nobreza, e seria uma afronta à inteligência a posição que o trabalho ocupa na produção. Tornando Filho de Deus, essa posição degradante é uma afronta ao próprio Deus.

Nem se julgue que a posição degradante do trabalho é pura abstracção intelectual. Concretiza-se na vida social, em trágicas e dolorosas consequências.

Socialmente, o operário é um diminuído, classe inferior e embrutecida, a quem se não estende a mão. Na fábrica, na rua, não o saudamos, não o admitimos à nossa presença e, se lhe falamos, é sempre tratando-o por tu. No entanto, na sua pessoa vive Cristo, ele é a morada do Espírito Santo, o Templo da Santíssima Trindade. Se a nossa Fé não fosse obscurecida, nunca ousaríamos tratá-lo assim.

Bernardette era uma rapariguita pobre, dessas miseráveis criaturas esfarrapadas e sujas, que não quereríamos junto de nós. Mas a Santíssima Virgem aparece-lhe. Na terceira aparição, pede-lhe que volte à gruta: «voulez-vous avoir la bonté de venir ici pendant quinze jours?» A pobre-zita conta às pessoas que a interrogam com espanto: «Ela disse-me: «querer a bondade?» E insiste, num misto de alegria e confusão: sim, Ela disse: «Vous». Entre todos, foi a Mãe de Deus, a única pessoa que a não tratou por tu.

É mais terrível ainda a situação moral do operário. Ele vive forçadamente, pela necessidade de ganhar o pão de cada dia, num ambiente de depravação e em perigo moral constante. Para ser virtuoso, seria necessário que fosse herói. «Sentimo-Nos horrorizados ao pensar nos gravíssimos perigos a que estão expostos nas fábricas modernas os costumes dos operários (sobretudo jovens) e o pudor das mulheres e donzelas... Deste modo, o trabalho corporal, ordenado pela divina Providência, depois da culpa de origem, para remédio do corpo e da alma, converte-se frequentemente em instrumento de perversão». (Quad. Anno).

Não podemos tomar, perante tamanha hecatombe moral, a atitude de Pilatos: «innocens ego sum a sanguine justis hujus; vos videbitis» —

«estou inocente do sangue deste justo; isso não é comigo».

Numa ordem cristã, o trabalho tem de ocupar a primazia na escala dos valores. A dignidade humana, a dignidade cristã do trabalhador assim o reclamam. O homem não foi feito para a economia. Esta é que deve existir para aquele. Não pode portanto subordinar-se o homem à economia, mas a economia é que deve submeter-se às necessidades da vida humana. Uma vez obtido este equilíbrio, salvar-se-á a dignidade do trabalho, e ele voltará a ocupar na sociedade o lugar de justa nobreza que perdeu.

#### B) A liberdade do operário

Filho de Deus, o operário é uma pessoa a quem o Pai que está nos céus dotou de vontade individual e, portanto, de liberdade. A pessoa humana é inalienável. O homem senhor da sua pessoa, é senhor do seu trabalho.

Tem o dever de trabalhar, mas pertence-lhe o direito de escolher o trabalho, segundo as suas aptidões e as maiores possibilidades de rendimento social. Só em face duma calamidade universal poderá ser constrangido a trabalhos de necessidade pública.

Senhor do seu trabalho, o homem tem o direito de lhe fixar livremente as condições, contanto que não atente contra o bem comum.

As exigências da vida moderna tornaram, porém, o homem isolado incapaz de regular por si só as condições do trabalho. Viu-se constrangido pela necessidade a procurar apoio em associações profissionais que estabeleçam, em sua vez, as condições do seu trabalho. Estas associações permanecem no entanto livres, tanto na sua constituição — desde que se proponham fins honestos (**Rerum Novarum** e **Quad. Anno**) — como na escolha dos seus estatutos. A elas pertence, em nome da pessoa humana que representa, discutir e aceitar livremente as condições do trabalho.

A situação em que se encontra o trabalhador perante os doadores de trabalho raras vezes se concilia com os direitos inalienáveis do homem. Esta submissão, diminuindo a personalidade, rebaixou-o quase à simples condição de coisa. E ele, que deveria ter orgulho da sua profissão, que deveria conhecer e amar a máquina, companheira diária do seu labor, regozijar-se do seu trabalho e ter consciência do seu valor social, sentindo-se humilhado e submetido, começou a odiar a fábrica e o patrão, e a ver no trabalho uma degradação, de que era preciso libertar-se.

Mais uma vez, os planos da Providência sobre o trabalho — meio ordinário de santificação — foram frustrados.

Qualquer ordem económica só poderá chamar-se cristã quando conceda ao homem o uso pleno das faculdades com que Deus o dotou. Enquanto não conseguirmos dar-lhe a consciência de que é um homem nunca poderemos aspirar a que se sinta cristão.

### C) A independência do operário

Produtor do bem económico, o trabalho é-o também de independência. Mas a independência moral e social não podem subsistir sem a independência económica. O trabalho deve garantir ao trabalhador esta condição essencial do desenvolvimento da personalidade. O que não tem independência económica não pode, com efeito, cuidar do seu próprio aperfeiçoamento nem da vida e educação regular das novas gerações.

O operário apenas com o salário de cada dia, sujeito a todas as contingências de doença, acidentes, morte prematura, desemprego, nunca tem certo o dia de amanhã, nunca repousa o espírito para o poder cultivar ou desenvolver. Se hoje tem pão e luz em sua casa, o mais pequeno incidente da vida pode privá-lo deste bem a todo o momento. E sem o ter garantido, não poderá sentir-se superior aos animais, que, quase como ele, outra coisa não tem senão o alimento que todos os dias o dono lhes dá. A dignidade humana e a nobreza

do trabalho reclamam que este conceda ao homem a independência necessária para que possa, em toda a tranquilidade de espírito, desenvolver as suas faculdades, e, segundo a expressão de S. Tomás, praticar a virtude.

Já Leão XIII o reclamava, em 1891: «O operário que receber um salário suficiente, para ocorrer com desafogo às suas necessidades e às de sua família, se for avisado seguirá o conselho que parece dar-lhe a própria natureza: aplicar-se a ser parcimonioso e obrar de forma que, com prudentes economias, vá juntando um pequeno pecúlio que lhe permita chegar um dia a adquirir um pequeno património... Importa que as leis favoreçam o espírito de propriedade, o reanimem e desenvolvam, tanto quanto possível entre as massas populares».

E também Pio XI tinha já sido bastante explícito ao afirmar: «É necessário empregar energeticamente todos os esforços, para que, ao menos de futuro, as riquezas grangeadas se acumulem em justa proporção nas mãos dos ricos e, com suficiente largueza se distribuam pelos operários... para que, vivendo com parcimónia, aumentem os seus haveres, aumentados e bem administrados provejam aos encargos da família; e, libertos assim de uma condição precária e incerta qual é a dos proletários, não só

possam fazer frente a todas as eventualidades durante a vida, mas deixem ainda por morte alguma coisa aos que lhe sobrevivem».

Muito mais incisivo foi, porém, Pio XII na recente mensagem do Natal: «A dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para viver, o direito ao uso dos bens da terra, a que corresponde a obrigação fundamental de outorgar a propriedade particular, se for possível, a todos». (Lumen, Março de 1943, p. 136). E, depois de repetir com particular insistência, que a dignidade da pessoa humana exige «...o direito ao uso dos bens da terra...», «o direito a manter e desenvolver a vida corporal, intelectual e moral...», «o direito ao uso dos bens materiais consciente dos seus deveres e limitações sociais...», «o direito ao trabalho...», «a um salário suficiente para as necessidades do trabalhador e da sua família, à conservação e aperfeiçoamento de uma obra social que torne possível uma segura, ainda que modesta propriedade particular para todas as classes do povo», Sua Santidade, com vigorosa energia, proclama que é necessário «impedir que o operário, que é ou será pai de família, se veja condenado a uma **dependência ou escravidão económica inconciliável com os seus direitos de pessoa**».

A sociologia católica terá portanto de travar rija batalha pela libertação

do operário da escravidão económica. A independência é com efeito condição indispensável duma vida cristã plenamente vivida conforme os desígnios da Providência. Enquanto o operário se vir acorrentado à condição de proletário e estiver na dependência do penhorista, do merceeiro, do usurário, e da miséria económica, não terá condições de poder harmonizar a sua vida com as exigências da sua filiação divina. Nem lar, nem

luz, nem pão suficientes em sua casa, não foi por certo este o modelo deixado ao mundo pela humilde oficina do carpinteiro do divino operário de Nazaré.

---

\* *Semanas Sociais Portuguesas: Segundo Curso — Coimbra 1943: «Bases Cristãs duma ordem nova».* 2.ª parte do trabalho apresentado por A. Varzim neste Curso, trabalho que dividiu em três partes: 1.ª A Voz do Evangelho e 3.ª Esboço duma política social cristã.

